

**Súmula da Jurisprudência Predominante do Tribunal de Justiça do Estado do  
Rio de Janeiro  
Atualizado em 16.04.2018**

<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</b>	<b>NUMERAÇÃO</b>
Abastecimento de água e esgotamento. Instalação de aparelhos medidores ou limitadores. Custeio das despesas. Delegatária de serviço.	<a href="#">Verbete nº 315</a>
Abuso do direito. Configuração. Prova da culpa. Dispensabilidade.	<a href="#">Verbete nº 127</a>
Ação de investigação de paternidade. Relativização da coisa julgada. Cabimento se não realizado o exame de DNA na demanda anteriormente julgada improcedente por falta de provas.	<a href="#">Verbete nº 275</a>
Ação de divórcio e separação. Condenação em alimentos. Efeito devolutivo.	<a href="#">Verbete nº 14</a>
Ação monitória. Relação de consumo. Câmaras Cíveis Especializadas. Competência.	<a href="#">Verbete nº 326</a>
Ação rescisória. Gratuidade de justiça. Depósito prévio. Direito de isenção.	<a href="#">Verbete nº 108</a>
Acidente de trabalho. Perícia médica. Nomeação de especialista.	<a href="#">Verbete nº 56</a>
Acidente de trabalho. Indenização de direito comum. Competência recursal.	<a href="#">Verbete nº 19</a>
Acidente de trânsito. Responsabilidade civil extracontratual. Câmaras Cíveis Especializadas. Exclusão da competência.	<a href="#">Verbete nº 314</a>
Ação de cobrança ou reintegração de posse. Leasing de bem de consumo. Câmaras Cíveis Especializadas. Competência.	<a href="#">Verbete nº 316</a>
Ações de impugnação de atos disciplinares militares. Art. 125, par. 4º, da Constituição Federal. Norma constitucional dependente de lei infraconstitucional para sua regulamentação. Competência das Varas Fazendárias.	<a href="#">Verbete nº 131</a>
Administração Pública. Obrigação de fazer, Cumprimento pela Administração Pública. Benefício pecuniário a servidor público. Termo inicial. Cumprimento tardio. Dever de pagamento atualizado em folha suplementar.	<a href="#">Verbete nº 138</a>
Advogado. Apropriação indevida de valores do mandante. Dano moral. Caracterização.	<a href="#">Verbete nº 174</a>
Advogado. Renúncia ao mandato. Ineficácia antes da notificação do mandante.	<a href="#">Verbete nº 278</a>
Agravo de Instrumento. Formação do instrumento. Deficiência de instrução. Não conhecimento.	<a href="#">Verbete nº 104</a>
Agravo Interno. Multa. Sanção por litigância de má-fé. Não exclusão.	<a href="#">Verbete nº 247</a>

<b>Verbetes sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0036739-11.2016.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 17/04/2017.</b>	<a href="#">Verbetes nº 245</a>
Alienação fiduciária em garantia. Busca e apreensão. Desnecessidade do registro do contrato em cartório de título e documentos	<a href="#">Verbetes nº 282</a>
Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão. Comprovação da mora.	<a href="#">Verbetes nº 55</a>
<b>Verbetes sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0016030-18.2017.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 20/03/2018.</b>	<a href="#">Verbetes nº 153</a>
Alienação fiduciária em garantia. Busca e apreensão. Prazo de prescrição quinquenal.	<a href="#">Verbetes nº 298</a>
Alimentos. Execução de alimentos. Competência do juízo da ação de alimentos. Foro do domicílio do alimentando.	<a href="#">Verbetes nº 111</a>
Alimentos. Execução de alimentos. Competência.	<a href="#">Verbetes nº 120</a>
Alimentos. Execução de prestação alimentícia. Retenção de parcela do FGTS. Cabimento. Garantia da execução.	<a href="#">Verbetes nº 187</a>
Alimentos. Expedição de ofício à Receita Federal. Expedição de ofício às Instituições Financeiras. Poderes do Juiz na direção do processo.	<a href="#">Verbetes nº 186</a>
Alimentos. Participação nos lucros e resultados. Incidência na base de cálculo da pensão.	<a href="#">Verbetes nº 250</a>
<b>Cancelamento do verbete sumular. In: DJERJ, ADM, n. 61, de 01/12/2015, p. 9.</b>	<a href="#">Verbetes nº 202</a>
Anatocismo. Obrigações periódicas. Pagamento integral dos juros na parcela anterior. Anatocismo. Não configuração.	<a href="#">Verbetes nº 201</a>
Antecipação de tutela. Cumprimento de tutela antecipada. Medidas de apoio. Decretação ou modificação de ofício pelo Tribunal. Possibilidade.	<a href="#">Verbetes nº 157</a>
Antecipação de tutela. Fazenda Pública. Admissibilidade.	<a href="#">Verbetes nº 60</a>
<b>Verbetes sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0036740-93.2016.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 23/03/2017.</b>	<a href="#">Verbetes nº 159</a>
<b>Verbetes sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0036740-93.2016.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 23/03/2017.</b>	<a href="#">Verbetes nº 158</a>
Aquisição de alimento impróprio. Dano moral inexistente.	<a href="#">Verbetes nº 383</a>

Arrendamento mercantil. Comprovação da mora. Carta com aviso de recebimento. Concessão de liminar.	<a href="#">Verbete nº 103</a>
<b>Verbete sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0039883-90.2016.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 18/07/2017.</b>	<a href="#">Verbete nº277</a>
Arrendamento mercantil. Leasing. Valor residual. Cobrança antecipada. Contrato. Não descaracterização.	<a href="#">Verbete nº 67</a>
<b>Verbete sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0036740-93.2016.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 23/03/2017.</b>	<a href="#">Verbete nº 147</a>
<b>Verbete sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0032466-23.2015.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 24/03/2017.</b>	<a href="#">Verbete nº 79</a>
Autarquia Estadual. Taxa Judiciária. Isenção do Pagamento.	<a href="#">Verbete nº 76</a>
Autarquias e Fundações autárquicas estaduais. Condenação em honorários advocatícios. Centro de Estudos jurídicos da Defensoria Pública. Descabimento.	<a href="#">Verbete nº 322</a>
Auxílio Cesta-Alimentação. Natureza indenizatória do benefício. Não extensão aos inativos. Competência da Justiça Estadual.	<a href="#">Verbete nº 246</a>
Auxílio doença. Doença profissional. Nexo de causalidade. Comprovação.	<a href="#">Verbete nº 113</a>
Auxílio moradia. Direito de Policial Militar e Bombeiro Militar. Lei Estadual nº 958, de 1983. Verba de caráter indenizatório. Indenização na inatividade. Impossibilidade.	<a href="#">Verbete nº 148</a>
Auxílio suplementar. Descabimento da revisão da renda mensal inicial, com base no art. 201, § 2º, da C.F.	<a href="#">Verbete nº 251</a>
Auxílio-acidente e auxílio suplementar. Impossibilidade de acumulação com aposentadoria após 10 de novembro de 1997.	<a href="#">Verbete nº 252</a>
Auxílio-acidente. Aposentadoria por invalidez. Ausência de atividade laborativa intermediária. Revisão do benefício previdenciário. Descabimento.	<a href="#">Verbete nº 242</a>
Auxílio-acidente. Termo inicial de vigência. Lei nº 9.032, de 1995. Valor inferior a meio salário mínimo. Impossibilidade.	<a href="#">Verbete nº 177</a>
Auxílio-acidente. Valor inferior a um salário mínimo. Constituição Federal de 1988. Compatibilidade.	<a href="#">Verbete nº 176</a>
BANERJ. Consignação em pagamento. BANERJ S/A. Foro competente.	<a href="#">Verbete nº 27</a>

Bem alienado fiduciariamente. Comprovação da mora. Condição específica da ação de busca e apreensão.	<a href="#">Verbete nº 283</a>
Bem comum. Execução de bem comum por dívida assumida por um só dos cônjuges. Limitação imposta pelo art. 3º da Lei nº 4.121/62.	<a href="#">Verbete nº 1</a>
Beneficiário da gratuidade de justiça. Imposto sobre transmissão causa mortis e por doação. Direito à isenção. Necessidade do preenchimento de requisitos da lei específica.	<a href="#">Verbete nº 297</a>
Benefício Previdenciário. Pensão à filha solteira. Lei vigente na data do óbito do segurado.	<a href="#">Verbete nº 325</a>
Cadastro de proteção ao crédito. Simples aviso desacompanhado de posterior inscrição. Dano moral. Não configuração.	<a href="#">Verbete nº 228</a>
Caixa Beneficente da Polícia Militar. Desligamento de participante. Possibilidade.	<a href="#">Verbete nº 32</a>
Cartão de crédito. Cláusula-mandato. Validade.	<a href="#">Verbete nº 77</a>
Cartão de crédito. Empréstimo bancário. Cartão de crédito. Conta corrente bancária. Retenção do valor. Limitação do percentual.	<a href="#">Verbete nº 200</a>
Cartão de crédito. Empréstimo bancário. Juros remuneratórios. Taxa Selic. Inaplicabilidade.	<a href="#">Verbete nº 203</a>
Cartão megabônus. Dano moral <i>in re ipsa</i> . Descabimento. Ofensa à honra. Necessidade de comprovação.	<a href="#">Verbete nº 149</a>
Carteira de habilitação de motorista. Comprovação de anterior expedição. Possibilidade de renovação. Tutela antecipada. Cabimento.	<a href="#">Verbete nº 223</a>
CEJUR. Centro de Estudos da Defensoria Pública. Estado do Rio de Janeiro. Descabimento de condenação em honorários advocatícios.	<a href="#">Verbete nº 80</a>
Certidão de Dívida Ativa. Título sujeito a protesto. Estado do Rio de Janeiro. Autarquia e Fundação Pública. Lei Estadual nº 5.351/2008.	<a href="#">Verbete nº 369</a>
Citação por edital. Expedição de ofícios. Inexigibilidade.	<a href="#">Verbete nº 292</a>
Citação postal. Pessoa jurídica. Validade do ato.	<a href="#">Verbete nº 118</a>
Cláusula geral. Possibilidade de aplicação de ofício pelo Magistrado. Princípio do contraditório.	<a href="#">Verbete nº 281</a>
Clube. Taxa de ocupação. Estatuto social.	<a href="#">Verbete nº 35</a>
Cobrança enviada por carta desacompanhada de inscrição. Dano moral. Não configuração. Descabimento da restituição em dobro.	<a href="#">Verbete nº 230</a>
Competência absoluta. Fórum regional das Varas Cíveis de Santa Cruz e Ilha do Governador. Matéria orfanológica. Lei Estadual nº 829/85.	<a href="#">Verbete nº 31</a>
Competência. Inteligência do art. 120 do C.O.D.J.E.R.J. (Redação da	<a href="#">Verbete nº 16</a>

Lei nº 420, de 05.06.81). Ação proposta por Sociedade de Economia Mista criada pela União.	
Competência. Modificação de cláusula do divórcio.	<a href="#">Verbete nº 28</a>
Competência. Risco de decisões contraditórias. Reunião das ações em juízo, com a mesma competência em razão da matéria.	<a href="#">Verbete nº 266</a>
Competência. Sociedade de economia mista. Juízo privativo. Inexistência.	<a href="#">Verbete nº 54</a>
Competência. Vara da Infância, da Juventude e do Idoso. Fixação da competência. Lugar do domicílio dos pais, do responsável ou do abrigo.	<a href="#">Verbete nº 141</a>
Compra e venda de imóvel. Atraso na entrega. Cláusula penal moratória. Lucros cessantes. Possibilidade de cumulação.	<a href="#">Verbete nº 348</a>
Comprovante de transferência de propriedade. Descumprimento de informação ao DETRAN. Indenização de danos morais. Descabimento.	<a href="#">Verbete nº 323</a>
Concessão de serviço público. Privatização. Permissão de uso. Transformação em locação.	<a href="#">Verbete nº 38</a>
Concessionária de serviço público. Cobrança indevida. Repetição simples do indébito. Restituição em dobro. Descabimento.	<a href="#">Verbete nº 85</a>
Concessionária de serviço público. Débito Pretérito. Cobrança. Inclusão de parcela. Fatura mensal. Prática abusiva.	<a href="#">Verbete nº 198</a>
Concessionária de serviço público. Eletricidade. Obrigação de renivelamento de tampões de eletrodutos.	<a href="#">Verbete nº 7</a>
Concessionária de serviço público. Fornecimento de água Prestação de serviço de água e esgoto. Condomínio edilício. Tarifa mínima multiplicada pelo número de unidades. Cobrança abusiva.	<a href="#">Verbete nº 191</a>
Concessionária de serviço público. Suspensão. Inadimplemento contratual. Suspensão do serviço. Necessidade de aviso prévio. Notificação.	<a href="#">Verbete nº 83</a>
Concordata preventiva. Correção monetária. Lei nº 7.274, de 1984.	<a href="#">Verbete nº 25</a>
Concordata. Interpretação do art. 175 da Lei de Falências com a redação que lhe deu a Lei nº 4.983, de 18.05.1966.	<a href="#">Verbete nº 3</a>
Concurso Público. Alteração do edital. Concurso de detetive realizado antes do advento da Emenda Constitucional nº 29/84.	<a href="#">Verbete nº 24</a>
Concurso Público. Exame Psicotécnico. Candidato Inabilitado. Motivação.	<a href="#">Verbete nº 377</a>
Concurso Público. Polícia civil. Exame psicotécnico. Legitimidade da exigência se prevista no edital.	<a href="#">Verbete nº 22</a>
Concurso Público. Polícia militar. Exigência de Idade e altura	<a href="#">Verbete nº 248</a>

mínimas. Consonância com o princípio da razoabilidade.	
Concurso Público. Professor primário municipal. Prova de classificação para cargo de ensino médio. Interpretação do art. 6º da Lei Municipal nº 58, de 1978.	<a href="#">Verbete nº 12</a>
Condomínio. Cota condominial. Desconto por pagamento antecipado. Multa.	<a href="#">Verbete nº 36</a>
Condomínio. Tarifa mínima de água e esgoto. Cobrança multiplicada pelo número de economias. Concessionária de serviço público. Restituição em dobro do valor pago.	<a href="#">Verbete nº 175</a>
Conta Corrente Inativa. Cobrança de Tarifa Bancária. Inscrição em Cadastro Restritivo de Crédito. Conduta Abusiva. Dano Moral.	<a href="#">Verbete nº 294</a>
Contratos bancários de abertura de crédito. Títulos executivos extrajudiciais. Não configuração.	<a href="#">Verbete nº 49</a>
Contrato de financiamento de veículo. Ação revisional de cláusula. Parcela mensal incompatível com a condição de descabimento da presunção pobreza.	<a href="#">Verbete nº 288</a>
Contrato de mútuo. Alienação fiduciária. Aquisição de bem. Consumo próprio. Câmaras Cíveis Especializadas. Competência.	<a href="#">Verbete nº 312</a>
<b>Cancelamento do verbete sumular. In: DJERJ, ADM, n. 61, de 01/12/2015, p. 9</b>	<a href="#">Verbete nº 301</a>
Contrato de mútuo bancário. Capital de giro ou aquisição de insumos. Atividade empresarial. Câmaras Cíveis Especializadas. Exclusão da competência.	<a href="#">Verbete nº 303</a>
Contribuição previdenciária. Verba que não integrará aposentadoria. Incabível a cobrança.	<a href="#">Verbete nº 378</a>
<b>Verbete sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0055957-59.2015.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 31/10/2016.</b>	<a href="#">Verbete nº 342</a>
Criação de novos juízos. Incompetência absoluta. Princípio da perpetuação da jurisdição. Inaplicabilidade.	<a href="#">Verbete nº 289</a>
Crime hediondo. Art. 2º. Par. 1º. Lei nº 8.072, de 1990. Não revogação. Lei nº 9.455, de 1997.	<a href="#">Verbete nº 72</a>
Cumprimento da sentença. Prazo. Ciência do demonstrativo do crédito.	<a href="#">Verbete nº 270</a>
Dano moral e dano estético. Cumulação. Possibilidade.	<a href="#">Verbete nº 96</a>
Dano moral. Estabelecimento comercial. Simples disparo do alarme antifurto. Não configuração de dano extrapatrimonial, salvo o caso de abordagem grosseira.	<a href="#">Verbete nº 280</a>
<b>Verbete sumular cancelado, conforme decisão do Órgão</b>	<a href="#">Verbete nº. 105</a>

<b>Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0021798-56.2016.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 14/07/2017.</b>	
Dano moral. Correção monetária. Fixação em moeda corrente. Termo inicial.	<a href="#">Verbete nº 97</a>
Dano moral. Extravio de bagagem. Transporte aéreo.	<a href="#">Verbete nº 45</a>
Dano moral. Imputação ofensiva. Coletividade. Dano moral. Não configuração.	<a href="#">Verbete nº 128</a>
Dano moral. Indenização decorrente das relações de casamento, união estável ou filiação. Competência de juízo de família.	<a href="#">Verbete nº 274</a>
Dano moral. Indenização por danos morais. Relação de consumo. Vício do serviço. Prescrição quinquenal.	<a href="#">Verbete nº 207</a>
Dano moral. Inexistência. Descumprimento do dever legal. Descumprimento contratual. Mero aborrecimento. Dano moral. Inexistência.	<a href="#">Verbete nº 75</a>
Dano moral. Lei de Imprensa. Prazo decadencial.	<a href="#">Verbete nº 44</a>
Dano moral. Responsabilidade civil. Estados limitados da consciência. Tenra idade. Doença mental. Dano moral. Não exclusão.	<a href="#">Verbete nº 216</a>
Dano moral. Verba indenizatória. Fixação do valor da condenação Proporcionalidade e Razoabilidade.	<a href="#">Verbete nº 343</a>
Decisão baseada em jurisprudência pacificada. Reiteração de recursos. Ausência de nova fundamentação. Natureza protelatória.	<a href="#">Verbete nº 167</a>
<b>Verbete sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº <a href="#">0037970-73.2016.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 22/09/2017.</b>	<a href="#">Verbete nº 171</a>
Decisão monocrática. Declaração de nulidade da sentença ou decisão interlocutória. Possibilidade do relator.	<a href="#">Verbete nº 168</a>
Decisão monocrática. Litigância de má-fé. Decretação de ofício. Possibilidade.	<a href="#">Verbete nº 165</a>
Denúnciação da lide. Imputação de responsabilidade a terceiros. Não admissibilidade.	<a href="#">Verbete nº 240</a>
Denúnciação da lide. Pessoa Jurídica de direito público. Agentes ou terceiros.	<a href="#">Verbete nº 50</a>
Denúnciação da lide. Seguradora. Princípio da Fungibilidade. Chamamento ao processo.	<a href="#">Verbete nº375</a>
Desapropriação. Índices da correção monetária.	<a href="#">Verbete nº 18</a>
Despesas processuais iniciais. Complementação. Intimação pessoal	<a href="#">Verbete nº 290</a>

do autor. Obrigatoriedade.	
Direito à saúde. Fornecimento de medicamentos não padronizados. Reconhecimento pela ANVISA e por recomendação médica. Dever de prestação unificada de saúde. Princípio da reserva do possível.	<a href="#">Verbete nº 180</a>
Direito à saúde. Medicamento necessário ao tratamento de doença. Garantia constitucional. Princípio da correlação. Não infringência.	<a href="#">Verbete nº 116</a>
Direito à saúde. Obrigação do Poder Público. Fornecimento de serviços. Abrangência.	<a href="#">Verbete nº 184</a>
Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Ação proposta contra o ente público. Interesse processual. Cabimento.	<a href="#">Verbete nº 181</a>
Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Aquisição de medicamentos. Apreensão de quantia necessária junto à conta bancária do devedor. Possibilidade. Posterior prestação de contas.	<a href="#">Verbete nº 178</a>
Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública. Fixação da verba honorária. Valor igual ou inferior a meio salário mínimo.	<a href="#">Verbete nº 182</a>
Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Fornecimento de produtos complementares ou acessórios. Produtos relacionados com o tratamento da doença. Obrigação do poder público.	<a href="#">Verbete nº 179</a>
Direito à saúde. Princípio da dignidade da pessoa humana. Direito à saúde. Concessão de Passe-livre. Custeio por ente público. Necessidade de laudo médico.	<a href="#">Verbete nº 183</a>
Direito à saúde. Solidariedade dos entes públicos. Chamamento ao Processo. Indeferimento.	<a href="#">Verbete nº 115</a>
Direito Administrativo. Fundo de saúde. Termo inicial da restituição das contribuições. Lei Estadual nº 3.465, de 2000.	<a href="#">Verbete nº 231</a>
Direito de demandar. Abuso do direito. Indenização.	<a href="#">Verbete nº 374</a>
Direito de preferência. Ordem da prelação: crédito tributário, condominial e hipotecário.	<a href="#">Verbete nº 276</a>
Direito do Consumidor. Alienação fiduciária de Coisa Imóvel. Reintegração de Posse. Tempo da Posse do Fiduciante. Irrelevância. Concessão de Liminar.	<a href="#">Verbete nº 334</a>
Direito do consumidor. Atraso na entrega das chaves. Multa contratual. Indenização por Danos Morais. Não Configuração de <i>bis in idem</i> .	<a href="#">Verbete nº 333</a>
Direito do consumidor. Cirurgia plástica após procedimento bariátrico. Caráter reparador.	<a href="#">Verbete nº 258</a>
Direito do consumidor. Cobrança de tarifa de esgoto pela simples captação e transporte. Descabimento.	<a href="#">Verbete nº 255</a>
Direito do consumidor. Concessão. Aplicação do CDC à relação	<a href="#">Verbete nº 254</a>



contraída entre usuário e concessionária.	
Direito do consumidor. Contrato bancário. Carnê e abertura de crédito. Cobrança de despesas. Descabimento após 30/04/2008.	<a href="#">Verbete nº 356</a>
Direito do consumidor. Contrato de transporte. Excesso de reservas. Descumprimento do contrato. Dano moral.	<a href="#">Verbete nº 355</a>
Direito do consumidor. Empresa de telefonia. Medidor de pulsos. Discriminação nas faturas.	<a href="#">Verbete nº 110</a>
Direito do consumidor. Fato constitutivo do alegado. Direito. Necessidade de prova mínima.	<a href="#">Verbete nº 330</a>
Direito do consumidor. Fornecimento de água. Falta de hidrômetro ou defeito no funcionamento. Tarifa mínima. Critério legal. Cobrança por estimativa. Vedação.	<a href="#">Verbete nº 152</a>
Direito do consumidor. Fornecimento de água. Fornecimento de energia elétrica. Tarifa mínima. Cobrança por medidor de consumo. Legalidade da cobrança.	<a href="#">Verbete nº 84</a>
Direito do consumidor. Fornecimento de água. Tarifa diferenciada ou progressiva. Preço público.	<a href="#">Verbete nº 82</a>
Direito do consumidor. Incorporação imobiliária. Decoração de área comum. Responsabilidade do incorporador. Vedação da transferência.	<a href="#">Verbete nº 351</a>
Direito do consumidor. Incorporação imobiliária. Promessa de compra e venda. Cláusula de tolerância de prorrogação. Validade.	<a href="#">Verbete nº 350</a>
Direito do consumidor. Inversão do ônus da prova. Decisão concessiva ou denegatória. Reforma da decisão. Condição exigida. Exigência de teratologia.	<a href="#">Verbete nº 227</a>
Direito do consumidor. Inversão do ônus da prova. Determinação na sentença. Impossibilidade. Princípio do contraditório.	<a href="#">Verbete nº 91</a>
Direito do consumidor. Inversão do ônus da prova. Direito básico do consumidor. Honorários do perito. Reversão do custeio. Impossibilidade.	<a href="#">Verbete nº 229</a>
Direito do consumidor. Mora ou Inadimplemento Contratual. Penalidade Exclusivamente ao Consumidor. Prática Abusiva. Imposição Também ao Fornecedor. Situações Análogas.	<a href="#">Verbete nº 335</a>
Direito do consumidor. Mútuo bancário. Limitação judicial de desconto em conta corrente. Direito à devolução. Descabimento. Dano moral. Não configuração.	<a href="#">Verbete nº 205</a>
Direito do consumidor. Parcelas vincendas. Pagamento antecipado. Juros incorporados. Dedução do valor.	<a href="#">Verbete nº 358</a>
Direito do consumidor. Perda de documentos sem registro perante a autoridade policial. Hipótese não configuradora de concorrência de	<a href="#">Verbete nº 257</a>

causas.	
Direito do consumidor. Plano de saúde. Cobertura de internação. Limitação de tempo. Nulidade da cláusula.	<a href="#">Verbete nº 357</a>
Direito do consumidor. Plano de saúde. Cobertura financeira de tratamento. Recusa indevida ou injustificada. Dano moral.	<a href="#">Verbete nº 339</a>
Direito do consumidor. Plano de saúde. Custeamento pela empresa. Aposentadoria do segurado. Cancelamento ou suspensão. Abusividade.	<a href="#">Verbete nº 354</a>
Direito do consumidor. Plano de saúde. Procedimento cirúrgico. Desconhecimento de doença ou lesão preexistente. Abusividade	<a href="#">Verbete nº 353</a>
Direito do consumidor. Plano de saúde. Exclusão de internação domiciliar. Cláusula abusiva. Dano moral.	<a href="#">Verbete nº 352</a>
Direito do consumidor. Plano de saúde. Exclusão de tratamento domiciliar essencial. Cláusula contratual abusiva.	<a href="#">Verbete nº 338</a>
Direito do consumidor. Plano de saúde. Internação de emergência ou urgência. Recusa indevida. Dano moral <i>in re ipsa</i> .	<a href="#">Verbete nº 337</a>
Direito do consumidor. Plano de saúde. Previsão de cobertura de Doença. exclusão de Meios e materiais ao tratamento. Cláusula abusiva.	<a href="#">Verbete nº 340</a>
Direito do consumidor. Plano de saúde. Próteses penianas e mamárias. Cobertura de tratamento. Recusa abusiva. Ressalvado procedimento estético.	<a href="#">Verbete nº 341</a>
Direito do consumidor. Prestação de serviços essenciais. Interrupção temporária por deficiência operacional. Dano moral. Não configuração.	<a href="#">Verbete nº 193</a>
Direito do consumidor. Prestação de serviços essenciais. Interrupção indevida. Dano moral. Configuração.	<a href="#">Verbete nº 192</a>
Direito do consumidor. Relação de consumo. Denúnciação da lide. Inadmissibilidade.	<a href="#">Verbete nº 92</a>
Direito do consumidor. Relação de consumo. Fornecedor de produto ou serviço. Chamamento ao processo da seguradora. Admissibilidade.	<a href="#">Verbete nº 208</a>
Direito do consumidor. Relação de consumo. Fortuito interno. Fato de terceiro. Fornecedor de produto ou serviço. Obrigação de indenizar.	<a href="#">Verbete nº 94</a>
Direito do consumidor. Reparação de danos. Consumidor por equiparação. Juros moratórios. Termo inicial.	<a href="#">Verbete nº 129</a>

Direito do Consumidor. Repasse do Financiamento. Taxas de Deslocamento ou Interveniência. Responsabilidade do Incorporador e Construtor. Vedação de Transferência ao Adquirente.	<a href="#">Verbete nº 336</a>
Direito do consumidor. Responsabilidade civil. Contrato de transporte de pessoas. Prescrição quinquenal.	<a href="#">Verbete nº 206</a>
Direito do Consumidor. Repetição de Indébito. Natureza Consumerista. Juros e Correção Monetária. Início da Contagem.	<a href="#">Verbete nº 331</a>
Direito do consumidor. Serviço essencial. Área de risco. Ausência de comprovação. Obrigação de restabelecimento. Conversão em perdas e danos. Tutela antecipada.	<a href="#">Verbete nº 197</a>
Direito do consumidor. Serviço essencial. Cobrança abusiva de tarifa. Consignação do valor médio dos últimos seis meses. Tutela antecipada. Cabimento.	<a href="#">Verbete nº 195</a>
Direito do consumidor. Serviço essencial. Débito tarifário. Novo usuário. Impossibilidade de transferência.	<a href="#">Verbete nº 196</a>
Direito do consumidor. Serviço essencial. Interrupção. Simples aviso. Dano moral. Não configuração.	<a href="#">Verbete nº 199</a>
Direito do consumidor. Serviço público essencial. Débito pretérito. Prévia notificação. Interrupção do serviço. Descabimento.	<a href="#">Verbete nº 194</a>
Direito do consumidor. Serviço telefônico. Contrato de participação financeira em investimento. Juízo competente. Varas Empresariais.	<a href="#">Verbete nº 140</a>
Direito do consumidor. TOI. Inexistência de presunção de legitimidade.	<a href="#">Verbete nº 256</a>
Distribuição anterior a 02 de setembro de 2013. Relações de consumo. Câmara Cível não Especializada. Prevenção.	<a href="#">Verbete nº 313</a>
Dívida de cota condominial. Vencimento. Incidência em mora.	<a href="#">Verbete nº 372</a>
<b>Verbete sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0046613-20.2016.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 27/03/2017.</b>	<a href="#">Verbete nº 11</a>
Documento. Reprodução digitalizada de título não endossável. Dispensa de autenticação ou juntada do original.	<a href="#">Verbete nº 267</a>
DPVAT. Ação de cobrança de seguro obrigatório. Liquidação extrajudicial de sociedade seguradora. Responsabilidade pelo pagamento. Seguradora Líder. Admissibilidade de inclusão no polo passivo. Fase de cumprimento da sentença.	<a href="#">Verbete nº 219</a>
DPVAT. Ação de cobrança de seguro obrigatório. Questão de ordem pública. Possibilidade de declínio da competência de ofício. Competência do foro do domicílio do autor ou do local do fato. Aplicabilidade do C. de Defesa do Consumidor.	<a href="#">Verbete nº 143</a>

DPVAT. Documento expedido pelo sistema megadata computações. Pagamento do seguro obrigatório. Não comprovação.	<a href="#">Verbete nº 220</a>
DPVAT. Invalidez permanente. Valor da indenização e percentual da perda. Necessidade de prova idônea.	<a href="#">Verbete nº 233</a>
DPVAT. Prazo legal de regulação do sinistro. Impossibilidade de cobrança judicial.	<a href="#">Verbete nº 232</a>
DPVAT. Seguro obrigatório. Indenização do seguro. Recusa de pagamento. Inocorrência de dano moral.	<a href="#">Verbete nº 87</a>
DPVAT. Seguro obrigatório. Lei nº 6.194, de 1974. Valor em salário mínimo. Vedação constitucional. Compatibilidade. Fixação em moeda corrente.	<a href="#">Verbete nº 88</a>
DPVAT. Seguro obrigatório. Recibo de quitação. Lei nº 8.441, de 1992. Retroatividade de lei. Complementação da indenização.	<a href="#">Verbete nº 86</a>
Embargos de declaração. Contradição. Necessidade de constar na decisão embargada.	<a href="#">Verbete nº 172</a>
Embargos de declaração. Decisão monocrática. Competência do relator.	<a href="#">Verbete nº 239</a>
Embargos de declaração. Dever do embargante. Pena de multa. Indicação dos pontos omissos. Indicação das normas constitucionais ou legais violadas.	<a href="#">Verbete nº 169</a>
Embargos de declaração. Inexistência de omissão a sanar.	<a href="#">Verbete nº 52</a>
Embargos de declaração. Interposição de recurso. Prazo.	<a href="#">Verbete nº 48</a>
Embargos de declaração. Introdução de questão nova omitida na decisão embargada. Não configuração de matéria de ordem pública. Natureza protelatória.	<a href="#">Verbete nº 173</a>
Embargos de declaração. Não recolhimento de multa imposta em agravo interno. Caráter protelatório.	<a href="#">Verbete nº 238</a>
Embargos de declaração. Reedição de teses que constituem objeto de outro recurso. Intuito protelatório. Configuração. Necessidade de caracterizar caso de omissão, obscuridade ou contradição.	<a href="#">Verbete nº 170</a>
Embargos do devedor. Títulos da dívida pública. Garantia.	<a href="#">Verbete nº 51</a>
Endosso translativo. Protesto indevido. Endossante e endossatário. Responsabilidade solidária.	<a href="#">Verbete nº 332</a>
Enfiteuse. Valor do resgate.	<a href="#">Verbete nº 10</a>
Estatuto da Criança e do Adolescente. Nomeação de Curador Especial. Defensor Público. Competência do Juiz da Vara da Infância e Juventude.	<a href="#">Verbete nº 235</a>
Estudante menor de 18 anos. Aprovação nos exames de acesso à	<a href="#">Verbete nº 284</a>

Universidade antes da conclusão do Ensino Médio.. Conclusão em curso supletivo. Possibilidade.	
Execução. Juízo da execução. Penhora de receita. Fluência do prazo para a impugnação do devedor.	<a href="#">Verbete nº 119</a>
Execução contra a Fazenda Pública. Litisconsórcio ativo facultativo. Pequeno valor. Crédito de natureza individual.	<a href="#">Verbete nº 136</a>
Execução de alimentos. FGTS do alimentante. Possibilidade de penhora.	<a href="#">Verbete nº 371</a>
Execução definitiva. Embargos do devedor. Execução provisória. Transformação. Inocorrência.	<a href="#">Verbete nº 109</a>
Execução fiscal. Ajuizamento na vigência da Lei Complementar nº 118/05. Prescrição ocorrida entre distribuição e a citação. Natureza não intercorrente.	<a href="#">Verbete nº 264</a>
Execução fiscal. Dissolução irregular. Falência. Sócio-Gerente e Diretor. Possibilidade de redirecionamento.	<a href="#">Verbete nº 368</a>
Execução fiscal. Extinção do processo. Critério fundado em pequeno valor cobrado. Descabimento.	<a href="#">Verbete nº 126</a>
Execução fiscal. Lançamento no sistema e prolação de sentenças em bloco. Inocorrência de nulidade.	<a href="#">Verbete nº 244</a>
Execução fiscal. Não suspensão do crédito tributário pela inscrição em dívida ativa.	<a href="#">Verbete nº 243</a>
Execução fiscal. Penhora <i>on line</i> de honorários, taxa judiciária e custas. Cabimento.	<a href="#">Verbete nº 265</a>
Execução fiscal. Prescrição. Crédito não tributário estadual ou municipal. Prescrição quinquenal.	<a href="#">Verbete nº 218</a>
Execução fiscal. Requisitos previstos na Lei nº 6.830/80.	<a href="#">Verbete nº 125</a>
Execução fiscal. Taxa Judiciária. Autarquia Municipal. Dispensa de prévio recolhimento.	<a href="#">Verbete nº 289</a>
Execução por quantia certa contra devedor solvente. Embargos do devedor não oferecidos ou que não versem sobre Negócio Jurídico. Câmaras Cíveis Especializadas. Exclusão da competência.	<a href="#">Verbete nº 309</a>
Execução Provisória. Ação de Despejo. Desnecessidade de caução.	<a href="#">Verbete nº 376</a>
Extinção do processo sem julgamento do mérito. Intimação pessoal. Via postal. Possibilidade.	<a href="#">Verbete nº 166</a>
Extinção do processo. Intimação de ofício. Extinção do processo. Arquivamento definitivo dos autos.	<a href="#">Verbete nº 132</a>
Falência. Pedido de restituição de contribuições previdenciárias.	<a href="#">Verbete nº 21</a>
Fixação de honorários de perícia de engenharia. Menor	<a href="#">Verbete nº 360</a>

complexidade. Fornecimento de energia elétrica, água e esgotamento. Serviço de telefonia.	
Fixação de honorários de perícia médica. Menor complexidade. Extensão das lesões da vítima. Exceto demanda acidentária.	<a href="#">Verbete nº 361</a>
Fixação de honorários de perícia grafotécnica. Ressalvada a despesa com o custo da diligência.	<a href="#">Verbete nº 362</a>
Fixação de honorários de perícia médica. Erro médico. Exceto casos de especialização incomum.	<a href="#">Verbete nº 363</a>
Fixação de honorários de perícia contábil. Mútuo bancário, arrendamento mercantil ou cartão de crédito. Menor complexidade.	<a href="#">Verbete nº 364</a>
Fornecimento de água. ICMS. Cobrança ilegal.	<a href="#">Verbete nº 130</a>
Gratificação de encargos especiais PRODERJ. Extensão aos inativos. Natureza remuneratória. Gratificação extraordinária. Exclusão da gratificação.	<a href="#">Verbete nº 150</a>
Gratificação de encargos especiais. Oficial da Polícia Militar. Extensão do benefício. Impossibilidade.	<a href="#">Verbete nº 78</a>
Gratificação de habilitação profissional. Lei Estadual nº 3.586, de 2001. Proventos da aposentadoria. Pensão previdenciária. Inclusão na base de cálculo. Termo inicial.	<a href="#">Verbete nº 225</a>
Gratificação nova escola. Servidor Estadual de Educação. Período anterior à Lei Estadual nº 5.539/2009. Natureza Genérica. Incorporação aos proventos dos Inativos.	<a href="#">Verbete nº 359</a>
Gratuidade de justiça. Concessão no curso do processo.	<a href="#">Verbete nº 42</a>
Gratuidade de justiça. Defensoria Pública. Advogado particular. Representação. Declaração de não recebimento de honorários.	<a href="#">Verbete nº 40</a>
Gratuidade de justiça. Insuficiência de recursos. Comprovação.	<a href="#">Verbete nº 39</a>
Gratuidade de justiça. Ônus sucumbências.	<a href="#">Verbete nº 41</a>
Gratuidade de justiça. Parte beneficiária da justiça gratuita. Omissão da sentença. Sucumbência. Art. 12, da Lei nº 1.060, de 1950. Aplicação automática.	<a href="#">Verbete nº 107</a>
Gratuidade de justiça. Pessoa jurídica não filantrópica. Excepcionalidade.	<a href="#">Verbete nº 121</a>
Gratuidade de justiça. Revogação.	<a href="#">Verbete nº 43</a>
Honorários de advogado. Verba autônoma. Natureza alimentar. Requisição específica e independente.	<a href="#">Verbete nº 135</a>

Imóvel. Desmembramento de imóvel mediante vistoria judicial. Efeitos.	<a href="#">Verbete nº 4</a>
Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Custas Judiciais. Taxa Judiciária. Recolhimento.	<a href="#">Verbete nº 345</a>
Direito do consumidor. Incorporação imobiliária. Decoração de área comum. Responsabilidade do incorporador. Vedação da transferência.	<a href="#">Verbete nº 351</a>
Inércia do Inventariante. Descabimento da extinção do processo. Nomeação de outro herdeiro ou inventariante dativo.	<a href="#">Verbete nº 296</a>
Infração administrativa de trânsito. Autuação em flagrante. Condutor infrator proprietário do veículo. Desnecessidade de notificação.	<a href="#">Verbete nº 320</a>
Infrações cometidas por adquirente de veículo. Identificação do infrator. Imputação ao alienante. Impossibilidade.	<a href="#">Verbete nº 324</a>
Inscrição de nome em cadastro restritivo de crédito. Dano moral. Fixação do valor da indenização. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade.	<a href="#">Verbete nº 89</a>
Inventário. Partilha de bens. Despacho de deliberação da partilha. Recurso. Art. 1.022, do CPC.	<a href="#">Verbete nº 26</a>
Juizado da violência doméstica e familiar. Competência. Critério estabelecido em razão do gênero, na forma dos artigos 5º e 7º, da Lei nº 11.340/06.	<a href="#">Verbete nº 253</a>
Juros legais. Correção monetária. Prestações vincendas. Condenação nas despesas processuais. Matérias apreciáveis de ofício pelo Tribunal. Princípio do contraditório.	<a href="#">Verbete nº 161</a>
Juros moratórios. Art. 406. Novo Código Civil. Critério de incidência. Critério de fixação.	<a href="#">Verbete nº 95</a>
Lei de Imprensa. Indenização tarifada. Apelação. Requisitos.	<a href="#">Verbete nº 57</a>
Levantamento de valor depositado em juízo. Presunção do pagamento de juros. Diferença de despesas processuais. Correção monetária. Juros incidentes sobre parcelas. Inaplicabilidade.	<a href="#">Verbete nº 164</a>
<b>Verbete sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0021798-56.2016.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 14/07/2017.</b>	<a href="#">Verbete nº 58</a>
Litigância de má-fé. Parte beneficiária da justiça gratuita. Obrigação de pagamento.	<a href="#">Verbete nº 101</a>
Lixo Extraordinário. Encargo dos serviços. Responsabilidade do usuário. Taxa de coleta domiciliar de lixo. Não incidência.	<a href="#">Verbete nº 237</a>

Locação regida pelo Dec. nº 24.150, de 20.4.1934. Purgação de mora. Admissibilidade.	<a href="#">Verbete nº 2</a>
Locação. Contrato de locação. Imóvel único do fiador. Penhora.	<a href="#">Verbete nº 63</a>
Locação. Contrato de locação. Imóvel urbano. Despejo por falta de pagamento. Aluguéis e encargos. Cumulação.	<a href="#">Verbete nº 62</a>
Locação. Contrato de locação. Imóvel urbano. Multa. Limite máximo.	<a href="#">Verbete nº 61</a>
Locação. Inoponibilidade do contrato ao novo adquirente.	<a href="#">Verbete nº 8</a>
Locação. Prescindibilidade da propriedade. Legitimidade na ação de despejo. Observância das Exceções legais.	<a href="#">Verbete nº 365</a>
Locação. Prorrogação da locação. Responsabilidade do fiador até a entrega das chaves. Alteração na orientação da súmula 214 do STJ.	<a href="#">Verbete nº 134</a>
Mandado de Segurança contra decisões das câmaras isoladas. Descabimento. Recursos previstos em lei.	<a href="#">Verbete nº 102</a>
Mandado de Segurança contra decisões das turmas. Recursais. Câmara Cíveis do Tribunal de Justiça. Ausência de Competência para julgamento.	<a href="#">Verbete nº 291</a>
Mandado de Segurança. Legitimidade passiva. Ente público.	<a href="#">Verbete nº 114</a>
Mandado de Segurança. Revisão de pensão previdenciária. Autoridade coatora. Presidente da autarquia previdenciária.	<a href="#">Verbete nº 222</a>
Mandado de Segurança. Sociedade de Economia Mista Federal. Competência para julgar. Justiça Federal.	<a href="#">Verbete nº 151</a>
Medida sócio-educativa. Juízo competente para sua execução. Juízo que impôs a medida. Possibilidade de delegação.	<a href="#">Verbete nº 142</a>
Micro Empresa ou Empresa Individual. Litigância contra Concessionária de Serviços Públicos. Câmaras Cíveis Especializadas. Competência.	<a href="#">Verbete nº 310</a>
Multa coercitiva. Não incidência de honorários advocatícios.	<a href="#">Verbete nº 279</a>
Multa imposta pelo Tribunal de Contas. Propositura de execução fiscal. Legitimidade da Fazenda Estadual.	<a href="#">Verbete nº 299</a>
Negativação. Aponte de nome como devedor inadimplente. Exercício regular de direito.	<a href="#">Verbete nº 90</a>
Negativação. Aponte do nome como devedor inadimplente. Comunicação por escrito. Aviso de recebimento. Desnecessidade.	<a href="#">Verbete nº 93</a>
Negativação. Conta bancária conjunta. Dívida contraída por um dos correntistas. Devedor solidário. Inscrição em cadastro restritivo de crédito. Dano moral. Configuração.	<a href="#">Verbete nº 204</a>



Operações bancárias. Destinatário final. Consumidor. Câmaras Cíveis Especializadas. Competência.	<a href="#">Verbete nº 306</a>
Penal. Lei Antidrogas. Possibilidade de aplicação de causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 nos casos de incidência de causas de aumento previstas no art. 40, da mesma lei.	<a href="#">Verbete nº 273</a>
Penal. Menoridade. Não revogação do art. 65, inciso I, 1ª parte, do Código Penal pelo Código Civil de 2002.	<a href="#">Verbete nº 272</a>
Penhora de imóvel. Cobrança de cotas condominiais. Necessidade de citação. Observância do registro.	<a href="#">Verbete nº 347</a>
Penhora de receita. Estabelecimento comercial. Princípio da execução menos gravosa. Nomeação de depositário. Representante legal.	<a href="#">Verbete nº 100</a>
Penhora <i>on line</i> . Princípio da execução menos gravosa. Não infringência.	<a href="#">Verbete nº 117</a>
Penhora. Localização do devedor e/ou bens penhoráveis. Requisição por ofício. Limites do direito do credor.	<a href="#">Verbete nº 47</a>
Pensão alimentícia. Base de cálculo. Adicional de férias. Décimo terceiro salário. Incidência.	<a href="#">Verbete nº 188</a>
Pensão previdenciária. Fixação do valor. Emenda Constitucional nº 20, de 1998.	<a href="#">Verbete nº 68</a>
Pensão previdenciária. IPERJ. Lei Estadual nº 1.127/87. Lei Estadual nº 1.256/87. Acolhimento.	<a href="#">Verbete nº 29</a>
Pensionamento. Ação de responsabilidade civil. Décimo terceiro salário e férias. Exclusão da base de cálculo. Necessidade de anterior vínculo empregatício da vítima.	<a href="#">Verbete nº 217</a>
Perícia. Prova pericial. Ausência de fundamentação técnica. Mero inconformismo. Repetição da prova pericial. Não autorização.	<a href="#">Verbete nº 155</a>
Pessoa Jurídica. Violação à honra objetiva. Dano Moral.	<a href="#">Verbete nº 373</a>
Policiais e Bombeiros Militares. Assistência Médico-Hospitalar. Natureza Remuneratória e Alimentar. Serviços Especializados. Regime de Coparticipação.	<a href="#">Verbete nº 344</a>
Policia militar. Ato de bravura. Revogação do benefício. Ato vinculado.	<a href="#">Verbete nº 81</a>
Precatório judicial. Empresa pública. Sociedade de economia mista. Inaplicabilidade.	<a href="#">Verbete nº 139</a>
Precatório. Expedição de precatório. Extinção da execução. Art. 794, inc. I, do CPC. Impossibilidade.	<a href="#">Verbete nº 106</a>
Prestação de serviço por pessoa física. Pessoa Jurídica. Destinatária	<a href="#">Verbete nº 328</a>

final. Câmaras Cíveis Especializadas. Competência.	
Pretensão reintegratória ou de manutenção. Posse, esbulho ou turbação. Prova.	<a href="#">Verbete nº 382</a>
Previdência privada. Reajustamento das pensões e das contribuições. Lei nº 6.435, de 1977.	<a href="#">Verbete nº 23</a>
Princípio da reserva do possível. Implementação de políticas públicas. Ônus da prova do ente público.	<a href="#">Verbete nº 241</a>
<b>Verbete sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0036739-11.2016.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 17/04/2017.</b>	<a href="#">Verbete nº 268</a>
Processo Penal. Art. 557. CPC. Aplicação analógica.	<a href="#">Verbete nº 69</a>
Processo Penal. Custas. Cobrança. Competência da Vara de Execuções Penais.	<a href="#">Verbete nº 74</a>
Processo Penal. Desaforamento. Art. 424. CPP.	<a href="#">Verbete nº 73</a>
Processo Penal. Direito do advogado, independentemente de procuração, da obtenção de vista e cópia dos autos que não estejam sob sigilo.	<a href="#">Verbete nº 262</a>
Processo Penal. Execução provisória. Expedição de carta ainda que na pendência de recurso interposto pelo Ministério Público.	<a href="#">Verbete nº 261</a>
Processo Penal. Indeferimento de diligências. Poderes do juiz na direção do processo.	<a href="#">Verbete nº 71</a>
Processo Penal. Lesão corporal leve. Violência doméstica contra a mulher. Ação penal pública condicionada à representação da vítima.	<a href="#">Verbete nº 260</a>
Processo Penal. Princípio de correlação. Vedação de <i>mutatio libelli</i> em segundo grau de jurisdição. Elementos não contidos na denúncia. Absolvição impositiva.	<a href="#">Verbete nº 271</a>
Processo Penal. Prova oral. Testemunho exclusivamente policial. Validade.	<a href="#">Verbete nº 70</a>
Processo Penal. Suspensão condicional. Cabimento quando, alternativamente, cominada pena de multa e sanção privativa de liberdade superior a um ano.	<a href="#">Verbete nº 263</a>
Produção de provas. Decisão concessiva ou denegatória. Reforma da decisão. Condição exigida.	<a href="#">Verbete nº 156</a>
Produto ou serviço. Atividade intermediária. Destinatário final não configurado. Câmaras Cíveis Especializadas. Exclusão da competência.	<a href="#">Verbete nº 307</a>
Protesto de título. Cancelamento. Inscrição indevida em cadastros restritivos de crédito. Cumprimento de obrigações de fazer fungíveis. Antecipação de tutela ou sentença. Efetivação através de simples expedição de ofício. Cancelamento de negativação.	<a href="#">Verbete nº 144</a>

Protesto de título. Endosso-mandato. Protesto indevido de título. Responsabilidade do endossatário. Inocorrência.	<a href="#">Verbete nº 99</a>
Recuperação judicial. Execução fiscal em curso. Não suspensão. Ato de constrição ou alienação. Submissão a juízo universal.	<a href="#">Verbete nº 367</a>
Recurso administrativo. Depósito prévio.	<a href="#">Verbete nº 64</a>
Recurso. Ação de modificação de cláusula de alimentos. Efeito meramente devolutivo.	<a href="#">Verbete nº 249</a>
Recurso. Fixação ou majoração dos honorários de sucumbência. Gratuidade de Justiça. Inaplicabilidade ao patrono da parte.	<a href="#">Verbete nº 190</a>
Recurso. Interposição de recurso. Multa. Pessoa Jurídica de Direito Público. Dispensa de depósito prévio.	<a href="#">Verbete nº 224</a>
Recurso. Pedido de reconsideração. Suspensão do prazo.	<a href="#">Verbete nº 46</a>
Reexame Necessário. Código de Processo Civil. Arts. 475, 496 e 557.	<a href="#">Verbete nº 53</a>
Requisição de pequeno valor. Descumprimento de requisição de pequeno valor. Medida cabível. Sequestro.	<a href="#">Verbete nº 137</a>
Rescisão de negócio jurídico. Culpa do vendedor. Restituição das importâncias pagas. Taxa de administração. Abatimento de valores. Descabimento.	<a href="#">Verbete nº 98</a>
Responsabilidade civil. Direito a pensionamento. Reconhecimento. Renda auferida pela vítima antes do evento danoso. Falta de prova. Irrelevância.	<a href="#">Verbete nº 215</a>
Responsabilidade civil. Prestação alimentícia. Sociedade empresarial. Constituição de capital. Medida de preferência.	<a href="#">Verbete nº 160</a>
Revisão Criminal. Instrução incabível no curso da demanda. Necessidade de prova pré constituída.	<a href="#">Verbete nº 259</a>
Roubo. Arma de fogo. Circunstância majorante. Desnecessidade de apreensão e exame. Comprovação por outros meios de prova.	<a href="#">Verbete nº 380</a>
Roubo. Emprego de arma de fogo. Maneira de agir do acusado. Fundamento idôneo. Regime inicial fechado.	<a href="#">Verbete nº 381</a>
Seguro de vida em grupo. Controvérsia entre Segurado e Seguradora. Empregador Estipulante. Câmaras Cíveis Especializadas. Competência.	<a href="#">Verbete nº 327</a>
Seguro DPVAT. Câmaras Cíveis Especializadas. Exclusão da competência.	<a href="#">Verbete nº 304</a>

Seguro Saúde. Internação hospitalar. <i>Home care</i> . Cumprimento de decisão judicial. Recusa indevida. Dano moral.	<a href="#">Verbete nº 209</a>
Seguro Saúde. Internação hospitalar. Tutela antecipada. Concessão. Necessidade de indicação médica por escrito.	<a href="#">Verbete nº 210</a>
Seguro Saúde. Marca passo. Recusa de cobertura. Cláusula abusiva.	<a href="#">Verbete nº 112</a>
Seguro Saúde. Mudança de faixa etária. Reajuste das mensalidades. Vedação. Contratos anteriores ao Estatuto do Idoso. Aplicabilidade.	<a href="#">Verbete nº 214</a>
Seguro Saúde. Procedimento cirúrgico. Divergência quanto à técnica e ao material empregado. Responsabilidade pela escolha. Médico responsável.	<a href="#">Verbete nº 211</a>
Seguro Saúde. Profissional Credenciado. Responsabilidade Solidária.	<a href="#">Verbete nº 293</a>
Seguro. Contrato de seguro. Denúnciação da lide. Valor da causa. Extensão do exercício do direito de regresso. Impossibilidade de exceder o valor da apólice.	<a href="#">Verbete nº 163</a>
Seguro. Informação errônea do segurado. Não agravamento do risco. Irrelevância.	<a href="#">Verbete nº 234</a>
Seguro. Mora do segurado. Rescisão do contrato. Necessidade de prévia notificação. Dedução do prêmio não pago. Admissibilidade.	<a href="#">Verbete nº 212</a>
Seguro. Seguro de vida. Contrato ininterrupto e de longa duração. Renovação automática. Mudança de faixa etária. Proibição de reajuste do valor do prêmio. Proibição de modificação do capital segurado.	<a href="#">Verbete nº 213</a>
Serventário da justiça. Implantação integral do reajuste de 24%. Pagamento das diferenças. Princípio da isonomia. Prescrição quinquenal.	<a href="#">Verbete nº 300</a>
Serviços bancários. Relação de consumo intermediário. Exceto Micro Empresa e Empresa Individual. Câmaras Cíveis Especializadas. Exclusão da Competência.	<a href="#">Verbete nº 311</a>
Serviço de transporte coletivo. Rateio dos custos. Vinculação dos condôminos. Necessidade de aprovação em assembleia.	<a href="#">Verbete nº 346</a>
Serviço essencial. Interrupção do fornecimento. Dano Moral. Não configuração.	<a href="#">Verbete nº 285</a>
Serviço saúde. Cooperativa prestadora de serviço. Atendimento ao usuário contratante. Solidariedade entre as cooperativadas.	<a href="#">Verbete nº 286</a>
Servidor municipal de São Gonçalo. Adicional de produtividade. Incorporação ao vencimento. Incorporação ao vencimento. Necessidade de disposição legal.	<a href="#">Verbete nº 366</a>
Servidor municipal do Rio de Janeiro. Lei Municipal nº 2008/1993. Direito ao triênio. Prazo prescricional.	<a href="#">Verbete nº 379</a>

Servidor público. Funcionário público estadual. Triênios. Incorporação ao vencimento-base.	<a href="#">Verbete nº 17</a>
Servidor público. Verbas devidas a servidores públicos. Mora no pagamento. Aplicação de juros e correção monetária. Fazenda Pública. Obrigatoriedade.	<a href="#">Verbete nº 226</a>
Servidor público aposentado. Imposto sobre a renda retido na fonte.	<a href="#">Verbete nº 34</a>
Servidor público aposentado. Incorporação aos proventos de valor do cargo em comissão. Lei revogada.	<a href="#">Verbete nº 30</a>
Servidor público municipal. Cesta básica. Incorporação aos vencimentos. Lei municipal nº 2.547/90. Volta Redonda. Direito adquirido. Inocorrência.	<a href="#">Verbete nº 37</a>
Sucumbência. Centro de estudos jurídicos da Defensoria Pública. Verba honorária devida. Responsabilidade dos Municípios e Fundações Autárquicas.	<a href="#">Verbete nº 221</a>
Superendividamento. Instituições Financeiras Diversas. Retenção de Valor em Conta Corrente. Limitação.	<a href="#">Verbete nº 295</a>
Tarifa de água e esgoto. Destinatário final do serviço. Prestação por sociedade de economia mista. Câmaras Cíveis Especializadas. Competência.	<a href="#">Verbete nº 302</a>
Tarifa de esgoto sanitário. Prestação do serviço por autarquia municipal. Câmaras Cíveis Especializadas. Exclusão da competência.	<a href="#">Verbete nº 305</a>
Taxa judiciária. Município autor. Isenção de pagamento. Exigência de reciprocidade. Município réu. Sucumbência. Obrigatoriedade de pagamento.	<a href="#">Verbete nº 145</a>
Taxa Judiciária. Não incidência no cumprimento da sentença. Ressalva do disposto no art. 135, do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.	<a href="#">Verbete nº 269</a>
Telefonia móvel. Destinatário final. Pessoa jurídica. Câmaras Cíveis Especializadas. Competência.	<a href="#">Verbete nº 308</a>
Título de crédito. Ineficácia executiva. Protesto de Título. Possibilidade.	<a href="#">Verbete nº 236</a>
<b>Verbete sumular cancelado, conforme decisão do Órgão Especial no Processo Administrativo nº. <a href="#">0036740-93.2016.8.19.0000</a>. Acórdão publicado em 23/03/2017.</b>	<a href="#">Verbete nº 154</a>
Título executivo judicial. Impugnação ao cumprimento da sentença. Embargos à execução. Efeito suspensivo. Reforma da decisão. Condição exigida.	<a href="#">Verbete nº 162</a>
Título judicial. Execução e cumprimento de sentença. Extinção do	<a href="#">Verbete nº 133</a>

processo. Arquivamento definitivo dos autos.	
Transporte de passageiros. Fato de terceiro. Conduta danosa independente. Excludente de responsabilidade da empresa.	<a href="#">Verbete nº 349</a>
Tributário. ICM. Incidência sobre o Álcool Anidro.	<a href="#">Verbete nº 5</a>
Tributário. ICM. Fornecimento de alimentação e bebidas em restaurantes ou similares.	<a href="#">Verbete nº 20</a>
Tributário. ICM. Não incidência sobre a importação de bens de capital.	<a href="#">Verbete nº 6</a>
Tributário. ICMS. Consumo de energia elétrica. Supermercado. Atividades de panificação, restaurante, açougue, peixaria e laticínios. Não caracterização de processo de industrialização. Impossibilidade de compensação.	<a href="#">Verbete nº 146</a>
Tributário. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> .	<a href="#">Verbete nº 9</a>
Tributário. IPTU progressivo. Taxa de coleta domiciliar de lixo e iluminação pública. Cobrança indevida. Efeitos <i>ex tunc</i> . Sistema constitucional em vigor.	<a href="#">Verbete nº 123</a>
Tributário. Partilha de bens em separação judicial. Diferença de quinhões. Incidência do ITD.	<a href="#">Verbete nº 66</a>
Tributário. Repetição de indébito tributário. Lei declarada inconstitucional. Prescrição quinquenal.	<a href="#">Verbete nº 124</a>
Tutela de urgência, cautelar ou antecipatória. Reforma da concessão ou indeferimento.	<a href="#">Verbete nº 59</a>
União estável. Dissolução de união estável. Partilha de bens. Lei aplicável. Lei vigente à época da extinção do vínculo.	<a href="#">Verbete nº 189</a>
União estável. Reconhecimento e dissolução. Post Mortem. Divisão de bens. Competência do juízo de família.	<a href="#">Verbete nº 370</a>
União estável. Uniões estáveis concomitantes. Não reconhecimento.	<a href="#">Verbete nº 122</a>
Usucapião de Imóvel. Área inferior ao módulo mínimo urbano. Possibilidade jurídica do pedido.	<a href="#">Verbete nº 317</a>
Usucapião. Imóvel urbano. Prescrição quinquenal.	<a href="#">Verbete nº 33</a>
Usucapião. Terra devoluta.	<a href="#">Verbete nº 15</a>
Usufruto. Extinção por morte do usufrutuário. Desnecessidade de procedimento judicial.	<a href="#">Verbete nº 13</a>
Veículo apreendido. Condição para devolver. Pagamento de despesas de reboque, diárias e multas.	<a href="#">Verbete nº 319</a>
Veículo apreendido. Multa ainda não exigível ou com exigibilidade suspensa. Liberação sem pagamento.	<a href="#">Verbete nº 321</a>

Veículo coletivo de passageiro. Transporte em situação irregular. Apreensão de veículo. Admissibilidade.	<a href="#">Verbete nº 318</a>
Visitação. Regulamentação de visita. Criança em fase de amamentação. Pernoite. Descabimento.	<a href="#">Verbete nº 185</a>

Tabela estruturada pelo Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento  
da  
Diretora-Geral de Comunicação Institucional. (DGCOM/DECCO/DICAC)